

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Art **PETER MELO DA SILVA**

**O aprimoramento do uso da força nas Operações de
Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas,
no Haiti: face às operações em ambiente
multidimensional para a proteção de civis.**



Rio de Janeiro

2022

Cel Art **PETER** MELO DA SILVA

**O aprimoramento do uso da força nas Operações de
Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, no
Haiti: face às operações em ambiente multidimensional
para a proteção de civis.**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel R1 **Márcio** Tomaz de Aquino

Rio de Janeiro

2022

S586a Silva, Peter Melo da.

O aprimoramento do uso da força nas Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, no Haiti: face às operações em ambiente multidimensional para proteção de civis. / Peter Melo da Silva.—2022.
26 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Márcio Tomaz de Aquino.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.
Bibliografia: f. 25-26

1. Operações de Paz. 2. Organização das Nações Unidas.
3. Haiti. I. Título.

Cel Art **PETER MELO DA SILVA**

**O aprimoramento do uso da força nas Operações de
Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, no
Haiti: face às operações em ambiente multidimensional
para a proteção de civis.**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em 25 de outubro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Márcio Tomaz de **Aquino** – Cel R1 – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Candido Cristino **Luquez** Marques Filho – Cel R1 – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rogério de Amorim Gonçalves – Cel R1 – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas bênçãos que tem derramado sobre mim e minha família, me concedendo mais esta oportunidade na minha carreira militar.

A minha esposa Terezinha, por seu amor incondicional, ao apoiar e entender a minha ausência que muitas vezes a realização deste trabalho impôs. Sem ela nada faria sentido.

Aos meus filhos Rafael e Ana Clara, por suportarem minha ausência em momentos importantes de suas fases da vida. O carinho e o amor de vocês a mim me motivam a cada dia a tornar-me uma pessoa melhor.

Aos meu pai Dionísio e à minha mãe Cleide, pela educação e formação que me proporcionaram. O meu eterno amor e gratidão aos senhores.

Ao meu orientador, Coronel R1 Márcio Tomaz de Aquino, por apoiar-me durante a realização deste trabalho, orientando-me sempre de forma oportuna e “cirúrgica”.

A todos os alunos e amigos do CPEAEx, em particular ao Cel Marcelo Peçanha “em memória”, pelas amizades que se mantêm fortalecidas desde os tempos de formação (década de 1990) e por me apoiarem na realização deste policy paper.

RESUMO EXECUTIVO

O Brasil é membro permanente da ONU e rotativo do CS/ONU, com o maior número de participação, totalizando 11 vezes, inclusive atualmente.

O Governo Federal possui em sua pauta de discussão a participação brasileira em Operação de Manutenção de Paz da ONU, buscando alcançar seus ON.

Desde 1957 o Brasil vem participando dessas operações militares sob a égide da ONU, iniciando com a UNEF I. Com isso, vem crescendo cada vez mais a participação brasileira com efetivos maiores, inclusive de mulheres.

O último emprego de tropa em Operação de Manutenção da Paz da ONU foi no Haiti, no período de 2004-2017. Esse país se encontrava em conflito interno. Assim, o CS/ONU interviu com uma operação para estabilização da paz, tendo o Brasil como o responsável a estabelecer a paz. Além disso, a preocupação era constante com a proteção de civis.

O Brasil empregou cerca de 36.000 militares em 26 contingentes. Todos os Forces Commanders foram oficiais gerais do Exército Brasileiro.

Os militares empregados foram selecionados pelo Comando Militar de Área enquadrante de cada contingente. O CCOPAB foi o responsável em adestrar o efetivo. Houve o apoio dos psicólogos do CPAEx e dos instrutores de idiomas do CIdEx.

Ocorreram 24 militares brasileiros mortos durante a MINUSTAH, sendo 18 mortos com o terremoto que assolou o Haiti em JAN 10. Contudo, por meio do preparo, capacitação, motivação e espírito de cumprimento do dever, o Brasil conseguiu estabelecer a paz nesse país, que possui o pior IDH do continente americano.

A MINUSTAH proporcionou ao Brasil várias oportunidades, participação mais ativa em fóruns internacionais, projeção mundial, reconhecimento por parte da ONU, dentre outras. No aspecto militar, colaborou com o adestramento da tropa em melhores condições para atuarem em Operações de GLO e Operações em Combate Urbano, por exemplo.

Ainda, os militares brasileiros tiveram contato com militares de outras nações, tendo a oportunidade de conhecerem outros idiomas e doutrinas militares similares a do Brasil. Assim, absorveram experiências vividas e jamais esquecidas.

A MINUSTAH foi uma missão de sucesso!

Palavras-chave: proteção de civis, preparo, emprego e objetivo nacional.

RESUMEN

Brasil es miembro permanente de la ONU y rotativo del CS/ONU, con el mayor número de participaciones, totalizando 11 veces, incluso hoy.

El Gobierno Federal tiene en su agenda de discusión la participación brasileña en la Operación de Mantenimiento de la Paz de la ONU, buscando alcanzar sus ON.

Desde 1957, Brasil ha estado participando en estas operaciones militares bajo los auspicios de la ONU, comenzando con UNEF I. Con esto, la participación brasileña está creciendo con un mayor número, incluidas las mujeres.

El último trabajo de tropas en la Operación de Mantenimiento de la Paz de la ONU fue en Haití, de 2004 a 2017. Ese país fue encontrado en conflicto interno. Así, la CS/ONU intervino con una operación para estabilizar la paz, con Brasil como responsable de establecer la paz. Además, la preocupación era constante con la protección de los civiles.

Brasil empleó cerca de 36.000 militares en 26 contingentes. Todos los comandantes de las fuerzas eran oficiales generales del ejército brasileño.

El personal militar empleado fue seleccionado por el Comando Militar del Área de Encuadre de cada contingente. El CCOPAB se encargó de capacitar al personal. Contó con el apoyo de psicólogos de CPAEx e instructores de idiomas de CIdEx.

Hubo 24 militares brasileños muertos durante la MINUSTAH, 18 de ellos muertos en el terremoto que azotó Haití el enero de 2010. Sin embargo, a través de la preparación, la capacitación, la motivación y el espíritu de deber, Brasil pudo establecer la paz en ese país, que tiene el peor IDH del continente americano.

La MINUSTAH ha brindado a Brasil varias oportunidades, una participación más activa en foros internacionales, proyección global, reconocimiento por parte de la ONU, entre otros. En el aspecto militar, colaboró con el entrenamiento de la tropa en mejores condiciones para actuar en Operaciones GLO y Operaciones en Combate Urbano, por ejemplo.

Además, los militares brasileños tuvieron contacto con militares de otras naciones, teniendo la oportunidad de conocer otros idiomas y doctrinas militares similares a la de Brasil. Así, absorbieron experiencias vividas y nunca olvidadas.

¡La MINUSTAH fue una misión exitosa!

Palabras clave: protección de civiles, preparación, empleo y objetivo nacional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	7
2.ARCABOUÇO LEGAL	10
3.O USO DA FORÇA PARA A PROTEÇÃO DE CIVIS	13
4.PARTICIPAÇÃO DA TROPA BRASILEIRA NA MISSÃO DE PAZ DA ONU	17
5.CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	22
REFERÊNCIAS.....	25

1.INTRODUÇÃO

A participação brasileira com emprego de tropas em Operações de Manutenção da Paz das Organizações das Nações Unidas (ONU) é um tema tratado na pauta da Política Externa do Governo Federal.

O Brasil, desde 1947, vem participando de missões de paz da ONU, contribuindo com aproximadamente 58 (cinquenta e oito) mil militares. A Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), realizada no período de 2004 a 2017, foi uma missão de sucesso, sendo um marco para as relações internacionais e multilateralismo na região. Assim, esse desdobramento vem colaborando com a projeção nacional internacionalmente.

O Haiti, que possui o francês como língua oficial, é um país caribenho, fazendo fronteira com a República Dominicana, banhado pelo mar do Caribe e situa-se em uma área de elevada instabilidade tectônica e sujeita à ocorrência de furacões. Possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, considerado o país mais pobre entre as Américas, com a maioria da população vivendo na extrema pobreza com menos de 1,25 dólares por dia, predominantemente de economia informal. (MARTINS, 2019)

Pode-se notar alguns eventos e ações militares de grande notoriedade desse país no quadro a seguir (revista A Defesa Nacional, Ano XCVII – Nº 819 – JAN/FEV/MAR/ABR de 2012, e site <https://pt.org/wiki/Haiti>):

ANO	EVENTO
1492	- Descobrimto da <i>Isla La Hispaniola</i>
1492 - 1789	- Haiti se converte em uma ilha de piratas e a mais lucrativa colônia de cana-de-açúcar do Novo Mundo, com mão de obra escrava explorada pela França
1804	- Haiti se torna independente da França (1ª nação independente da América Latina)
1804 - 1915	- Sucessão de presidentes e imperadores: período de instabilidade política
1915 - 1941	- Uma crise econômica e financeira leva à ocupação do Haiti por <i>Mariners</i> estadunidenses
1942 - 1956	- Período de instabilidade política
1957	- Eleição do médico negro François Duvalier (conhecido como <i>Papa Doc</i>) para presidente
1957 - 1971	- O regime ditatorial do <i>Papa Doc</i> estabeleceu em aparato de repressão militar que perseguia seus opositores, torturando e matando muitos. A repressão era dirigida por polícia secreta,

	conhecida como <i>Tontons Macoutes</i>
1971 - 1986	- Surge o regime ditatorial de Jean Claude Duvalier (conhecido como <i>Baby Doc</i>), depois da morte de seu pai
1986	- Golpe militar e deposição de <i>Baby Doc</i>
1986 - 1990	- Sequência de governos provisórios
1990	- Eleição do padre Jean-Bertrand Aristide
1991	- Aristide recebe posse como o primeiro presidente eleito por voto direto
1991 - 1994	- Sete meses depois, o general Raul Cedras lidera um golpe de estado e destitui Aristides - A ONU e a OEA impõem restrições ao país - Ameaça de os EUA intervirem na ilha
1994	- Retorno de Aristide ao país, reassumindo a Presidência - Dissolução das Forças de Defesa do Haiti
1996	- Eleição e posse de René Préval como presidente constitucional
2001	- Eleição e posse do ex-presidente Aristide (suspeita de manipulação)
2002 - 2003	- Acusação de fraudes eleitorais, corrupção e conexão de Aristide com o narcotráfico
2004	- Conflito armado começa em Gonaives - Colapso político do presidente Aristide e sua renúncia (asilo na África do Sul) - O presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, assume o poder interinamente
2004 - 2005	- Substituição das missões da FMP - Estabelecimento da MINUSTAH - Emprego e articulação de tropas em setores ao longo do país - Neutralização e pacificação dos grupos rebeldes e guerrilheiros - Operações de segurança e estabilidade - Apoio às ações humanitárias - Apoio às eleições - Apoio em calamidades públicas
2006 - 2008	- Operações de segurança e estabilidade - Neutralização dos principais grupos delinquentes armados (pacificação de Porto Príncipe) - Apoio às ações humanitárias - Apoio às eleições - Apoio em calamidades públicas
2009	- Operações de segurança e estabilidade - Apoio às ações humanitárias - Apoio às eleições - Apoio em calamidades públicas - Ações de patrulhas nas fronteiras terrestres e marítimas
2010	- Terremoto de proporção catastrófica (7,0 de magnitude sísmica)
2017	- Término da MINUSTAH
2020	- COVID-19
2021	- Assassinato do presidente Moise e da Primeira Dama Martini Moise - Claude Joseph, primeiro ministro interino, liderou o Haiti

A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, após o encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor a 24 de outubro daquele mesmo ano. (Carta das Nações Unidas)

Os seus principais objetivos são: – Manter a paz e a segurança internacionais; – Desenvolver relações de amizade entre as nações; – Promover a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

A Operação de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas é importante para o país em conflito interno, criando condições para que a paz seja alcançada no local, uma vez que o governo local não possui condições de manter a normalidade e dominar a narrativa nesse momento conflituoso. Por conseguinte, a nação que participa dessas operações de manutenção da paz da ONU atende aos objetivos Nacionais, projetando o Estado e elevando seu reconhecimento a nível nacional e internacional, além do aumento dos investimentos na Indústria Nacional de Defesa, nas Forças Armadas e na aquisição dos produtos de defesa. Ainda, essas missões proporcionam à tropa o seu adestramento para a Defesa Externa e Interna, aprimorando seus sistemas operacional e logístico, além de manter o intercâmbio com tropas de outros países. Com isso, a Força Terrestre vem buscando melhorar e aumentar sua atuação nessas operações.

Cabe salientar que no início do Sec XXI observa-se que a política internacional para o desencadear das Operações de Manutenção da Paz da ONU é complexa, devido às questões humanitárias, econômicas, políticas, psicossociais e militares, marcando um ambiente multidimensional, incluindo o uso da força para a proteção da tropa e de civis em legítima defesa.

A seguir, será estudado o uso da força para a proteção de civis, nas Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, no Haiti (2004-2017), a fim de contribuir com o seu aprimoramento em ambiente multidimensional (dimensões humana, física e informacional).

2.ARCABOUÇO LEGAL

Em 2004, a MINUSTAH foi criada por meio da Resolução 1542, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), sob o capítulo VII da Carta da ONU, com a aprovação das autoridades haitianas, uma vez que a paz e a segurança interna do Haiti estavam comprometidas.

Notando a existência de desafios para a política, social e econômica estabilidade do Haiti e determinando que a situação no Haiti continue a constituir um ameaça à paz e segurança internacionais na região,

1. Decide estabelecer a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), a força de estabilização prevista na resolução 1529 (2004), para um período inicial de seis meses, com intenção de renovação por períodos adicionais [...]

O Cap VII da Carta da ONU (Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão) trata sobre o uso da força para ser empregada além da legítima defesa individual ou coletiva, como premissa básica para fazer cumprir o Mandato da ONU:

Artº. 51 Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos 33 membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

Esse tipo de Mandato é conhecido como Operação de Paz, caracterizada também por ser multidimensional, tendo como componentes militar, policial e agências civis de diferentes origens que atuam de forma integrada.

A Operação de Paz é o emprego de força militar, em apoio a esforços diplomáticos, na forma como as forças de defesa são organizadas, dotadas de recursos e equipados para oferecer aos governos mais opções no limiar do conflito armado para deter e responder à agressão híbrida (Glossário das Forças Armadas). Entretanto, a ONU possui algumas exigências para que países voluntários participem dessa Operação de Paz. Dessa forma, as Forças Armadas desses países devem se preparar, buscando aprimorar suas capacidades, e serem empregadas nas melhores condições, a fim de atenderem aos propósitos da ONU.

O Brasil é membro fundador da ONU (1945). É a 11ª vez que ocupa o assento rotativo do CS/ONU (2022/23). O País atua conforme o previsto no art 4º da

Constituição Federal de 1988 (CF/88), com destaques para os interesses da Defesa Nacional, exercendo as relações internacionais:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a sua história atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas (PND, pag 7). Dessa forma, o Brasil mantém o compromisso mundial da paz, evidenciando a sua crescente importância na área da paz e segurança internacional.

O governo brasileiro, de acordo com a Política Nacional de Defesa (PND), tem mantido seu engajamento em operações de paz, justificado pelos fatores a seguir listados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/2019 (IPEA, pag 25):

- inserir o país integralmente na dinâmica de segurança coletiva da ONU;
- aumentar a influência brasileira nos órgãos de tomada de decisão da ONU;
- exercer os princípios que governam as relações internacionais do Brasil, explicitados no art. 4º da CF/88;
- reforçar a ideia do multilateralismo e inserir os interesses brasileiros entre aqueles que orientam decisões, incluindo uma visão de minimizar questões como os *double standards* (duplicidade de critérios) no Conselho de Segurança;
- validar a candidatura do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança;
- utilizar oportunidades para cooperação durante a implementação dos processos de paz;
- prover maiores experiências internacionais para as Forças Armadas;
- compensação monetária da ONU;
- treinamento de combate real para as Forças Armadas; e

- orgulho nacional: prestígio e imagem.

Assim, o Brasil busca alcançar o seguinte Objetivo Nacional de Defesa (OND VII) - contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa (PND, pag 25).

Para tanto, de acordo com a PND, no ambiente internacional, a demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação com o CS/ONU e com os países limítrofes por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (PND, pag 17). Com isso, a Concepção Política de Defesa visa: XI. participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos (PND, pag 21).

Dessa maneira, o Brasil, em suas estratégias de defesa e ações estratégicas de defesa, a fim de atingir o OND VII, lança a Estratégia de Defesa número 17 – Atuação em Organismos Internacionais (EN 17), que trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais. Por fim, busca 03 (três) Ações Estratégicas de Defesa (AED) (PND/END, pag 73):

- AED 82 - Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais;

- AED 84 - Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais; e

- AED 85 - Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais.

Para tanto, o Exército Brasileiro lançou o Objetivo Estratégico Número 2 (OEE 2) - AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL, com

a Estratégia 2.2 - Aumento da capacidade de projeção de poder; com a Ação Estratégica 2.2.2 - Participar de missões de paz e de ações de caráter humanitário (de acordo com a decisão do nível político), com as Atividades:

- 2.2.2.1 - Participar de exercícios e missões de paz individuais, com tropa e com frações especializadas, inclusive ações/tarefas de desminagem humanitária. (2020-2023)

- 2.2.2.2 - Participar de exercícios e ficar em condições de atender às ações de caráter humanitário. (2020-2023)

Entretanto, compete ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa no planejamento das operações e exercícios de adestramento conjuntos, na atuação de forças brasileiras em operações de paz e em outras atribuições que lhe forem estabelecidas (LIVRO BRANCO, pag 45).

Atualmente, o General de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa é o comandante das tropas da Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO).

“São homens e mulheres qualificados e preparados para cumprir a missão de devolver a segurança e a paz a países marcados por conflitos, assegurando a milhões de pessoas os direitos que lhes são essenciais” (FOLHAPRESS).

3. O USO DA FORÇA PARA A PROTEÇÃO DE CIVIS

Os membros da ONU, em particular o CS/ONU, se reúnem ao observarem um possível contencioso entre países, territórios ou até mesmo no próprio país/território, a fim de tentar impedir um conflito, que entrem em guerra de fato e que busquem soluções no campo diplomático.

Levantam todas as pautas possíveis do momento, as causas que levaram a essa beligerância e quais as consequências prováveis internacional e local no que diz respeito aos diversos campos do poder (militar, econômico, político, psicossocial e científico-tecnológico). Dessa forma, verificam a possibilidade de manter um ambiente seguro e estável, bem como cooperar com as atividades de assistência humanitária, dentre outros propósitos, por meios previstos como a Operação de Manutenção da Paz, tanto na imposição quanto na manutenção, caso os atores estatais não cheguem a um acordo, onde o Estado em momento de vulnerabilidade

e incapaz de manter a segurança e a ordem pública, conforme preconiza a Carta da ONU, no seu Capítulo VII (Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão)

Artº. 39 O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, rutura da paz ou ato de agressão e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artº. 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artº. 40 A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artº. 39, instar as partes interessadas a aceitar as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.

Artº. 41 O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas as suas decisões e poderá instar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioelétricos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas.

Artº. 42 Se o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artº. 41 seriam ou demonstraram ser inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas.

Artº. 43 - 1. Todos os membros das Nações Unidas se comprometem, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e em conformidade com um acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.

“Um dos objetivos da missão de paz é colaborar com as autoridades locais na restauração da paz e na proteção de civis. Isso significa que as tropas provavelmente enfrentariam ataques diretos dos diversos grupos rebeldes, de gangues e milícias, principalmente por serem aliadas ao governo” (BRAGA; FERREIRA 2018). Dessa forma, passa a ser uma prioridade e uma obrigação a proteção da população local contra maus-tratos e ameaças à vida, principalmente às crianças e às mulheres, estas contra a violência sexual. Por isso, todas as medidas protetivas por meio da força constituem grandes desafios, “em face das significativas ameaças à segurança e dos altos níveis de expectativa que aqueles afetados pelo conflito apresentam”. (BRAGA; FERREIRA 2018)

Perante o exposto, a ONU tem uma preocupação constante e cada vez maior com a proteção dos indivíduos, sejam civis ou militares. Assim, segundo Anselmo e Migon (2017), em seus trabalhos sobre “O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz”, o aspecto humanitário das missões de paz tornou-se central, balizando a concepção de emprego dos profissionais da ONU. Assim, o CS/ONU tem autorizado os *peacekeepers* a usarem a força com o intuito de proteger os civis, como último recurso. Entretanto, as diretrizes emanadas devem distinguir civis de tropa, bem como os danos colaterais devem ser o mínimo possível, a fim de se manter o apoio e a credibilidade da população local e a imagem da ONU, bem como a Operação de Manutenção da Paz.

A cada situação conflituosa que atente contra a paz mundial, a ONU adquire novas experiências, uma vez que esses conflitos não são iguais. A responsabilidade em proteger os civis, sejam refugiados ou deslocados, os direitos humanos e prover assistência humanitária cada vez mais tomam destaques na pauta do CS/ONU nessas operações. Com isso, a cada Operação de Manutenção da Paz que a ONU convoca, autoriza-se o uso da força em legítima defesa, defesa da população civil e de todos os envolvidos na operação.

A ONU, enxergando a segurança da população civil como primordial, em 1950 a Assembleia Geral da ONU criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para inicialmente atender aos refugiados europeus após a II Guerra Mundial. Atualmente, essa agência protege e apoia refugiados no mundo todo, assegurando os direitos e o bem-estar dos cidadãos que deixaram os seus domicílios e ajudem-nas a alcançarem refúgios de forma segura em outros países.

De acordo com o conflito, gangues e milícias utilizam-se da violência contra a segurança dos civis, ocasionando massacres em massa, e acordos com terroristas. “Com isso, muitos mandatos de missões multidimensionais possuem o uso da força autorizado pelo Conselho de Segurança, sendo diferente e moldado para cada operação. Para isso, o Conselho de Segurança optou por aplicar as operações de paz robustas com o uso da força, principalmente no que diz respeito à proteção de civis” (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais/ GEPCI, da UNESP).

“O Conselho de Segurança concedeu às operações de manutenção da paz mandatos robustos, autorizando os *peacekeepers* a usarem *all necessary means* para deterem tentativas de desfazerem o processo político,

protegerem civis sob iminentes ameaças de ataques físicos e para assistirem às autoridades nacionais na manutenção do direito e da ordem”.

Pode-se exemplificar essa situação supracitada na MINUSTAH, na sua resolução, momento em que o Secretário-Geral da ONU “afirmando o seu forte compromisso com a soberania, independência, integridade e unidade do Haiti, deplorando todas as violações dos direitos humanos, particularmente contra os civis, e instando o Governo de Transição do Haiti (“Transição Governo”) a tomar todas as medidas necessárias para pôr fim à impunidade e assegurar que a promoção e proteção continuada dos direitos humanos e a estabelecimento de um Estado de direito e de um poder judiciário independente são entre suas maiores prioridades; reafirmando também suas resoluções 1325 (2000) sobre mulheres, paz e segurança, 1379 (2001), 1460 (2003) e 1539 (2004) sobre crianças em conflitos armados, bem como as resoluções 1265 (1999) e 1296 (2000) sobre a proteção de civis em conflitos”.

Ainda, agindo sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas em relação à Seção I abaixo, decide que a MINUSTAH terá os seguintes mandatos:

I. Ambiente Seguro e Estável:

(f) proteger civis sob ameaça iminente de violência física, dentro de suas capacidades e áreas de implantação, sem prejuízo das responsabilidades do Governo de Transição e das autoridades policiais;

[...]

III. Direitos humanos:

(a) apoiar o Governo de Transição, bem como os direitos humanos haitianos, instituições e grupos em seus esforços para promover e proteger os direitos humanos, particularmente de mulheres e crianças, a fim de garantir a responsabilidade individual por abusos dos direitos humanos e reparação das vítimas [...]

Para tanto, cria-se os corredores humanitários que são áreas seguras, livres de ataques e desmilitarizadas, nas áreas de conflitos para a evacuação de civis que não estão armados, sejam refugiados ou deslocados, a fim de prover segurança para o deslocamento destes, em busca de um aporte digno em outros países, bem como para campos seguros para os deslocados.

O uso da força na proteção de civis deve ser proporcional e adequado, uma vez que o conflito ocorre em ambiente multidimensional, principalmente em ambiente humanizado, onde o militar ganha maior visibilidade, a fim de evitar exageros e consequências negativas à população local, à operação e à ONU, evitando ao máximo manchar a imagem da ONU. Dessa forma, o patrulhamento das tropas

militares ajuda a reforçar a segurança, a proteger os civis de ataques e aumentar a confiança da população local.

4. PARTICIPAÇÃO DA TROPA BRASILEIRA NA MISSÃO DE PAZ DA ONU

O Brasil vem participando de várias missões de paz da ONU desde 1957 (United Nations Emergency Force I - UNEF I), seja com tropa ou individual. Mas, para que haja emprego de tropa e militares nessas missões, existe um protocolo a seguir, que exige o cumprimento de alguns requisitos.

Inicialmente, a ONU oferece ajuda ao governo local que passa por conflitos que este não consegue solucionar. O país, por sua vez, aceita o apoio da ONU. Em seguida, a ONU levanta quais as nações que possuem as capacidades para cumprirem essas missões. Verifica, após, se o país é voluntário a participar da missão de Operação de Manutenção de Paz. Havendo o interesse de ambas as partes, inicia as tratativas entre o governo voluntário e a ONU.

A ONU faz uma inspeção de certificação à tropa dessa nação. No caso do Brasil, segundo a página oficial do Exército Brasileiro, em Set 2021 foram certificadas no nível 2 do sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas o Batalhão de Infantaria de Força de Paz (Mecanizado), a Companhia de Ação Rápida e a Companhia de Engenharia de Força de Paz, dentre outras já certificadas. Com isso, o CCOPAB que já fora certificada pela ONU possui capacitação e expertise para realizar a certificação das tropas do EB para cumprirem as diversas missões, sob a égide da ONU.

O Brasil, por sua vez, estuda a viabilidade e a possibilidade em participar dessas missões, por meio do Congresso Nacional. Analisa o cenário atual e a conjuntura política e econômica daquele momento, de acordo inclusive com os ON e com base no arcabouço legal (capítulo 2 deste *policy paper*) e decide em aceitar ou não o convite em participar dessas Operações de Manutenção da Paz.

O Governo Nacional, atendendo ao pedido da ONU que emite um documento de convocação, informando a natureza da missão e o tempo estimado, dentre outras diretrizes, inicia a mobilização da tropa. O Ministério da Defesa (MD) decide qual a Força Singular cumprirá em melhores condições essa missão, de acordo com as tropas já certificadas pela ONU e pelo CCOPAB e pelas peculiaridades, particularidades e necessidades da ONU. Caso o EB seja o escolhido, dá-se as

ordens ao Comando de Operações Terrestres (COTER) realizar a escolha do Comando Militar de Área, que por sua vez selecionará a tropa e os militares a cumprirem a missão, inclusive do segmento feminino, uma imposição da ONU para que aumente o efetivo das mulheres nas missões de paz, tendo-as como líderes a frente de tropas e que haja uma integração dos gêneros.

Na seleção de pessoal, o Centro de Psicologia Avançada do Exército (CPAEx) não participa. Porém, a sua missão é:

Assessoramento aos Órgãos do EB, acerca da Psicologia Aplicada aos contextos militares, bem como, pela avaliação, preparo, acompanhamento e desmobilização psicológica, nos diversos processos seletivos da Força Terrestre.

Após a seleção, os militares se submetem a várias etapas de preparação para a missão de paz, realizado em especial pelo CCOPAB, até ao emprego propriamente dito.

Durante o preparo, os militares participam de várias instruções de ambientação, de legislação e acompanhamento psicológico, bem como instruções militares, a fim de ficarem em melhores condições para atuarem em um ambiente operacional desconhecido. Inicialmente ocorre uma preparação orgânica para a missão de paz. Em seguida, na 1ª fase/1º nível realiza-se a instrução pelos instrutores do CCOPAB aos principais responsáveis na missão e por escalões (Force Comander, Estado-Maior, Cmt de Btl, Cmt de SU, dentre outras funções mais relevantes na missão). Na 2ª fase/2º nível, as instruções à tropa são de forma descentralizada, sob a responsabilidade dos seus respectivos comandantes. Na última fase/nível, acontecem os exercícios e avaliações. (COTER)

Nessa fase, os psicólogos do CPAEx e os professores de idiomas do Centro de Idiomas do Exército (CIdEx) participam. Os psicólogos orientam aos militares quanto ao estado afetivo, moral e psíquico, por meio de palestras, entrevistas e testes psicotécnicos, a fim de levantarem dados e os perfis dos militares. Já os instrutores de idiomas fazem com que os militares se familiarizem com o idioma em questão e com os termos técnicos da Operação, uma vez que os documentos tramitados normalmente não são no idioma pátrio e que nessas operações existem militares de diversas nações. Assim, ajudará na comunicação entre ambos e na elaboração e tradução de documentos diversos.

De acordo com a Ordem de Serviço emitida pelo comandante do CPAEx, os psicólogos atuam na mobilização, tendo como objetivos:

Objetivo Central: Realizar a mobilização de militares do EB de acordo com o perfil das missões de paz em caráter individual.

Objetivo Geral: Proporcionar uma melhor preparação psicológica com base nos indicadores coletados das missões anteriores e da análise de personalidade, de forças e pontos de atenção de cada militar, apresentando ferramentas e estratégias psicológicas como: equilíbrio emocional, controle de estresse, entre outros.

Formato: Online ou Presencial/Periodicidade: Semestral ou sob demanda/Carga horária: 40h

Ferramentas: Aplicação de escala psicológica; inventário de personalidades; entrevista individual; dinâmicas de grupo; entre outros.

Já durante o emprego da tropa, que normalmente é por um período de aproximadamente de 06 (seis) meses por contingente e superior a esse período algumas funções, tendo que permanecer por volta de 12 (doze) meses os militares que desempenham essas funções, os militares recebem apoio psicológico, bem como a sua família. Entretanto, esse apoio se dá normalmente por demanda ou esporadicamente, devido ao efetivo de psicólogos presentes no CPAEx.

No que diz respeito ao acompanhamento dos militares e de seus respectivos familiares, os psicólogos atuam, durante a missão propriamente dita, da seguinte forma:

Objetivo Central: Realizar acompanhamento dos militares e respectivos familiares no decorrer da missão oferecendo suporte psicológico quando necessário.

Objetivos Gerais: Prestar um atendimento mais próximo e humanizado ao militar, muitas vezes de isolamento social. Antecipar e/ou mitigar os possíveis impactos psicológicos pelas particularidades da missão. Acompanhar os indicadores e agir como facilitador nas demandas gerais da missão, direcionando quando necessário para as áreas computadas.

Formato: Online/Periodicidade: trimestral ou sob demanda/Carga horária: 4h

Ferramentas: Aplicação de escalas psicológicas e entrevistas individuais.

Quando os militares retornam da missão, aos seus lares e a OM, se necessarem do apoio continuado dos psicólogos, mantém-se esse apoio.

O CPAEx age da seguinte forma na desmobilização:

Objetivo Central: Realizar a desmobilização dos militares do EB que retornaram das missões de paz em caráter individual.

Objetivos Gerais: Realizar o levantamento de informações e indicadores, bem como um olhar particular e a experiência do militar durante a missão. Aplicar escalas de estresse para a mensuração da variação comparada com a realizada na mobilização. Proporcionar o fechamento do ciclo enquanto participante do quadro de militares em missão.

Formato: Online ou Presencial/Periodicidade: sob demanda/Carga horária: 1h.

Ferramentas: Aplicação de escala psicológica; entrevistas individuais.

Sabe-se que o efetivo de psicólogos do CPAEx é pequeno para a demanda aos militares selecionados para a missão de paz, bem como aos seus familiares. Por isso que existe a ferramenta supracitada, que trata sobre a escala de psicólogos periodicamente para atender às demandas.

As atividades e missões desempenhadas pelos militares variam, porém as missões contribuem para a manutenção de um ambiente seguro e estável e cooperam com as atividades de assistência humanitária e de fortalecimento. Eles são preparados a participarem de patrulhas motorizadas e a pé, utilizarem as regras de engajamento, empregarem o uso da força adequadamente, realizarem a proteção de civis, tratarem com lideranças locais, intervirem de forma adequada em problemas de violências doméstica e sexual, a tratarem de forma cordial a população local e realizarem ações cívicas e sociais (ACISOS), como o atendimento médico-odontológico, dentre outras. Uma missão dessa natureza possui um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA), uma vez que cada dia é um dia diferente do outro, não sabendo-se o que realmente está por vir pela frente. Por isso que a seleção, a mobilização e o preparo da tropa devem ser minuciosos, a fim de adquirirem a confiança, a iniciativa e a segurança para atuarem em qualquer hipótese de emprego e causar o mínimo possível de danos colaterais, com o intuito de cumprirem a missão em muito boas condições e de não mancharem a imagem da Força empregada e do País.

Um general é nomeado para comandar as tropas da missão de paz. Esse comandante é o Force Commander. Na MINUSTAH, os Forces Commanders foram todos brasileiros. Todos eles desempenharam com maestria seus comandos, demonstrando liderança a frente da tropa, espírito de corpo, responsabilidade, comprometimento, dentre outras virtudes. Porém, cada um deles teve os seus desafios. Os nossos Forces Commanders foram: (COTER)

- Gen Heleno – Maio 04 a Set 05
- Gen Bacellar – Set 05 a Jan 06
- Gen Elito – Jan 06 a Jan 07
- Gen Santos Cruz – Jan 07 a Abr 09
- Gen Floriano Peixoto – Abr 09 a Abr 10
- Gen Paul Cruz – Abr 10 a Mar 11
- Gen Ramos – Mar 11 a Mar 12

- Gen Goulart – Mar 12 a Mar 13
- Gen Leal Pujol – Mar 13 a Mar 14
- Gen Jaborandi – Mar 14 a Ago 15
- Gen Ajax – Ago 15 a Out 17

O Brasil ao participar da MINUSTAH adestrou a tropa em melhores condições, adquirindo experiências em Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em Operações Conjuntas e Interagências e em Operações em Combate Urbano, desenvolvendo o perfil militar, as virtudes e atributos da área afetiva. Isso foi colocado em prática em algumas operações militares no período de 2010-2020, tais como: Operação São Francisco (Abr 2014 a Jun 2015) e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018), dentre outras. Na MINUSTAH ocorreram 26 (vinte e seis) contingentes e foram empregados 29.761 militares do EB, 6.014 militares da MB e 347 militares da FAB, com a participação de 200 mulheres. Morreram 24 militares, sendo que 18 no terremoto, em 12 JAN 10. (COTER)

Ainda, pode-se apontar como ponto forte a oportunidade que os nossos militares, em particular os cabos e soldados, tiveram em atuar com exércitos de outras nações, com doutrinas militares próximas a nossa, e poderem conversar e se comunicarem em outros idiomas. Experiências que cada militar levará consigo e poderá repassar aos demais companheiros.

A MINUSTAH foi um caso de sucesso para o EB e para a Brasil. Pois, além de projetar o País internacionalmente, aumentou a sua projeção militar e o seu poder dissuasório, apresentando-se como uma força com níveis de capacidade e competência integrada por pessoal altamente qualificado, capacitado, treinado e motivado, com uma doutrina em constante evolução, com armamentos com alta tecnologia agregada, participando de fóruns internacionais, consolidando a sua liderança regional. Assim, busca janelas de oportunidades, como um assento permanente no CS/ONU e o incremento no investimento nos produtos de defesa, fomentando a Indústria Nacional de Defesa.

Os militares que participam de missões sob a égide da ONU são conhecidos por *peacekeepers*, os boinas azul da paz. A ONU condecora todos esses militares com uma medalha. Ainda, escolheu a data do dia 29 de agosto para ser comemorado o Dia dos *Peacekeepers*.

Segundo o senhor David Harland, Diretor da Europa e América Latina do Escritório de Operações do Departamento de Missões de Paz da ONU, diz como a ONU enxerga o Brasil:

“O BRABAT é um tipo especial de tropa, difícil de encontrar em missões de paz da ONU, por sua postura, seriedade e, ao mesmo tempo, pelo relacionamento cordial com a população. Trata-se de uma tropa que inspira grande confiança a quem a conhece ou tem contato com ela.” (COTER)

Por fim, em todas as Operações Militares busca-se conhecer a história do país onde ocorre o conflito e aprofundar na própria, cultivar os valores e as tradições e realizar a entrega por parte de cada Soldado de Caxias, a fim de manter a credibilidade do Exército Brasileiro elevada junto à população, mostrar ao mundo a capacidade militar brasileira e colaborar com o Brasil a alcançar seus objetivos nacionais.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho iniciou-se com a formulação do seguinte problema: o uso da força para a proteção de civis, nas Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (caso Haiti), proporciona condições de atuação satisfatórias em ambiente multidimensional? Para isso, o objetivo geral a ser alcançado é: estudar o uso da força para a proteção de civis, nas Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, no Haiti, a fim de contribuir com o seu aprimoramento em ambiente multidimensional. Dessa forma, foi realizado um estudo sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), realizada no período de 2004 a 2017.

Após os estudos sobre a MINUSTAH, levantou-se alguns dados sobre o país haitiano, o uso da força para a proteção de civis e o emprego da tropa brasileira, bem como a atuação dos psicólogos em toda a operação, nas fases da mobilização, passando pelo acompanhamento e findando na desmobilização. Todas essas fases acompanhadas e coordenadas particularmente pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAEx).

Acredita-se que nas fases de mobilização, de acompanhamento e de desmobilização do contingente militar brasileiro para as missões de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas ou de outros Organismos Internacionais (OI),

carecem de um aprimoramento no que diz respeito ao apoio do CPAEx, por meio dos psicólogos, aos militares e aos seus familiares.

A intervenção dos psicólogos na fase de mobilização é conhecida como avaliação, o que não é muito bem aceito pelos militares selecionados. Pois, os militares não ficam à vontade e não expõem os seus pensamentos e suas demandas por preocupação em serem desrelacionados da missão. Assim, os psicólogos não conseguem levantar dados específicos desses militares, a fim de observarem tendências negativas que podem comprometer a missão, tipo: um suspeito de pedofilia, um suspeito com tendências suicidas, um suspeito de alcoolismo, dentre outras.

Inicialmente, um possível aprimoramento no processo desempenhado pelo CPAEx seria trocar o termo “avaliação psicológica” utilizado na fase de mobilização para “preparação psicológica”. Pois, nessa fase o objetivo não é desrelacionar o militar selecionado e sim orientá-lo e prepará-lo psicologicamente para desempenhar em perfeitas condições as suas atividades e funções na missão de paz, adquirindo ferramentas para o seu equilíbrio emocional e o controle de estresse, bem como a maneira de se relacionar com seus familiares durante a sua ausência. Assim, os militares poderão aceitar em melhores condições a intervenção dos psicólogos, vindo a conversarem abertamente de vários fatores atinentes às suas rotinas de trabalho e social e poderem levantar um possível distúrbio (agitação ou perturbação) ainda não conhecido pelo próprio militar e ajudá-lo a lidar e até mesmo a superar e a melhorar seu comportamento perante tal dificuldade.

A outra oportunidade de melhoria seria o aumento de efetivo dos psicólogos do CPAEx, principalmente para ter uma maior eficiência em seus acompanhamentos individualizados, diminuindo a periodicidade, bem como 01 (um) oficial selecionado para acompanhar presencialmente o contingente, sendo o elo entre o militar e o seu comandante imediato, bem como também com o CPAEx, além de atuar quando necessário. O psicólogo seria responsável por um efetivo específico, de acordo com o contingente empregado, seja em caráter individual ou coletivo para dinâmica em grupo, bem como os familiares desses mesmos militares. Assim, o militar se sentirá melhor acolhido, que por sua vez se encontra frequentemente em situações difíceis e de extremo estresse, não conversando com os seus superiores, pares e subordinados, não falando sobre os seus problemas que porventura tenha e das atividades do dia a dia, dentre outras situações. Havendo um profissional que ligue

rotineiramente para o militar e para os seus familiares, esse profissional estará em melhores condições psicologicamente e afetuoso (dedicado e atencioso) para desempenhar suas funções, que dentre elas tenha que tomar iniciativas que envolvam civis em um ambiente hostil e que para protegê-los haja a necessidade do uso da força. Assim, se o militar estiver em muito boas condições psicologicamente, tomará as providências e atitudes necessárias e corretas. Tudo isso, inclusive, ajudará no processo de desmobilização, uma vez que os problemas que surgiram durante a missão foram minimizados ou até mesmo sanados durante o acompanhamento.

Sabe-se que as Forças Armadas têm o objetivo de diminuir seus efetivos em 10% (dez por cento). Porém, pode-se aumentar o número de psicólogos por meio de um banco de voluntários e colaboradores, com os seguintes pré-requisitos: preferência para cônjuges, familiares de militares e cidadãos que serviram no EB, pois entende-se que ambos possuem experiências diretas ou indiretas da caserna; atividade não remunerada; assinatura de um acordo por ambas as partes envolvidas; apresentação de um registro válido para desempenhar a atividade psicológica; não ter passagem policial; não estar sub-júdice; dentre outros. Dessa forma, além de suprir a necessidade do CPAEx, manterá esses especialistas em atividade, adquirindo experiências e elevando sua autoestima, deixando-os motivados por estarem prestando apoio satisfatório e de grande relevância para o EB. Essa situação vem sendo implementada, em caráter experimental, pelo Comando Militar do Leste em várias especializações, tais como: médicos, dentistas, assistência social, dentre outras. Dessa forma, o acompanhamento psicológico será durante todo o dia e a qualquer horário, conhecido como 24/7 (jargão militar), a todos os militares empregados em Missões de Paz, bem como a seus familiares, cumprindo uma das peculiaridades do CPAEx.

Na desmobilização, os militares seriam acompanhados por maior tempo, de acordo com a vivência no ambiente operacional e apresentação da demanda psicológica e afetiva, a fim de retornarem para o seio familiar sem prejuízos psicológicos que afetem o seu relacionamento com seus entes queridos e para as atividades rotineiras em suas Organizações Militares de destino, após a missão propriamente dita.

Por fim, neste *policy paper* levantou-se que um possível aprimoramento na Missão de Paz da Organização das Nações Unidas, com a participação de tropas

brasileiras e também em caráter individual, seria o aumento de profissionais de psicologia para melhor atender e apoiar os militares e seus familiares para que possam ter tranquilidade psíquica e cognitiva para desempenharem em muito boas condições suas atividades e funções, a fim de manterem elevadas as imagens do Exército Brasileiro e do País, colaborando para que o Brasil alcance seus objetivos nacionais.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio L. C. **O Direito Internacional e o Uso da Força para a Proteção de Civis nas Operações de Paz da ONU** - Campus de Marília/SP, 2019.

ANDRADE, Israel de Oliveira, HAMANN, Eduarda Passarelli e SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades**. IPEA, 2019

BRAGA, Carlos Chagas Vianna e FERREIRA, Adler Cardoso. **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**. Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, Rio de Janeiro, 2019

BRASIL. **Cenários de Defesa 2020-2039**. Brasília, A Assessoria, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988

_____. **Cenários de Defesa 2020-2039**. Brasília, A Assessoria, 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, Ministério da Defesa, 2020.

_____. _____. Exército Brasileiro. **Comando de Operações Terrestres (COTER)**. Disponível em:< <http://www.coter.eb.mil.br/>>. Acesso em: 24 Set 2022, as 10h20min.

_____. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, Ministério da Defesa, 2016.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2020.

_____. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília, EME, 2019

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, Ministério da Defesa, 2020.

MARTINS, Dayqueline Cortez Gomes. **Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a MINUSTAH (2017)**. Foz do Iguaçu, PR, 2019. 153.

MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser e RODRIGUES, Anselmo de Oliveira. **O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz**, ECEME, 2017.

NAÇÕES UNIDAS, Carta das. **Nova Iorque**, 1945.

NACIONAL, Revista A Defesa. **Ano XCVII**, nº 819, Jan, Fev, Mar, Abr, de 2012.